



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

| | | |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Reunião Ordinária. | Nº: 0201/05 | DATA: 22/3/2005 |
| INÍCIO: 15h27min | TÉRMINO: 16h27min | DURAÇÃO: 01h00min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h01min | PÁGINAS: 22 | QUARTOS: 13 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Elaboração de roteiro de trabalho da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Houve pausa na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as organizações criminosas —vírgula—, do tráfico de armas. Não podemos esquecer essa vírgula.

O SR. DEPUTADO NILTON BAIANO - Sr. Presidente, gostaria de pedir a V.Exa. dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Sendo que a ata foi distribuída e foi, basicamente, só ata de instalação, eu submeto aos senhores membros o pedido de dispensa da sua leitura.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Dispensada a leitura da ata.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento do *e-mail* do Deputado Nilton Baiano informando que estaria impossibilitado de comparecer ao encontro em Goiânia por ter promovido a Convenção do Partido Progressista, em Vitória.

Espero que tenha sido uma boa convenção. *(Risos.)*

Comunico ainda que, conforme solicitação feita por esta Mesa, foi agendado para o próximo dia 29 de março, às 16h.+, audiência com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Isso com uma ação também do Deputado Neucimar Fraga, que esteve em contato também com o Ministro. Quero parabenizar, já, o Deputado Neucimar Fraga pelo contato que fez. Ele me informou também, bem como a Secretaria, que o Ministro de Relações Exteriores estará no Brasil só dia 28 e que a partir do dia 30 ele estaria disponível também, provavelmente, para uma reunião. Isso é ótimo, porque o nosso trabalho começa, justamente, com esses 2 Ministros. É aí que vamos ter vários problemas.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - A resolver conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não com os Ministros. A resolver conjuntamente. Diga-se bem. O Deputado Colbert Martins tem toda razão de fazer o adendo.

A presente reunião destina-se à elaboração do roteiro de trabalhos.

Nós tivemos, mais uma vez, o problema do Relator. Parece que o Relator, mais uma vez, se julgou impossibilitado de comparecer. Espero que ele não se julgue muito impossibilitado, se não nós vamos ter que arrumar outro Relator,



porque se tiver muito... *(Risos.)* Mas acredito que não. Ele tinha, já, uma palestra marcada, no interior do Rio Grande do Sul, alguma coisa assim, antes da CPI. Como a CPI agilizou os trabalhos e instalou-se com brevidade, talvez tenha ficado fora dos planos, nesse sentido. Mas faço votos que nas próximas oportunidades nós possamos ter o Relator. No dia de hoje, ele seria fundamental.

Como nós já temos várias sugestões, eu não gostaria de ficar aguardando que o Relator viesse se manifestar. Eu acho que já podemos colher todas as sugestões, e o Relator, quando vier, poderá também agregar a sua sugestão. A sugestão principal na área de diligências seria a do Relator. Mas como muitos dos senhores e senhoras já têm experiência em CPIs, eu acredito que cada um já vem com alguma coisa na cabeça nesse sentido.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Apenas para que V.Exa. esclareça se deveremos formalizar por escrito já ou posso fazê-lo oportunamente. Apresentar a sugestão e formalizar hoje, à tarde. Se isso for permitido, Sr. Presidente, gostaria de incluir uma reunião com o Delegado da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, que é o Secretário Nacional de Segurança Pública. Inclusive, nessa visita ao Ministro, inevitavelmente, ele estará presente. Ele foi Chefe da força-tarefa da CPI do Crime Organizado, no Rio Grande do Sul, que tentou levantar essas questões associadas ao tráfico de armas, e tem grandes informações, ao tempo, daquela CPI, sem falar, naturalmente, do trabalho que ele exerce: Luiz Fernando Corrêa, Secretário Nacional de Segurança Pública.

Formalizarei por ofício ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem problema nenhum. Claro que nós tentaremos dar a máxima agilidade possível. Depois eu vou falar.

Na verdade, nós podemos até dividir os trabalhos da CPI em vários pontos. Eu até diria que um grupo teria de trabalhar nas sugestões legislativas, que, ao fim da CPI, nós teríamos que ter; outro, nas ações preventivas; outro, nas ações repressivas, porque muitas vezes a gente atua, geralmente, na CPI muito mais na repressão e esquece os outros trabalhos que a gente poderia fazer. E têm várias idéias aí que, além de prender as organizações criminosas, têm idéias na prevenção, no cometimento do ilícito. E essas idéias, eu acho, desde cursos nas escolas, de alguma coisa nesse sentido, nós podemos agir.



Eu estou aqui só pensando em voz alta, mas para apresentar aos senhores.

Eu tenho certeza de que no transcorrer da CPI nós vamos direcionar muitos dos nossos esforços à parte mais difícil, que é a parte justamente investigativa e a parte repressiva. Mas eu não gostaria que as outras ficassem de fora. Que nós pudéssemos ter também um bom andamento.

Como eu disse, a presente reunião destina-se à elaboração do roteiro dos trabalhos.

Antes de franquear as palavras aos senhores membros para elaboração do roteiro dos nossos trabalhos, esta Presidência gostaria de reiterar alguns procedimentos que auxiliarão no desenvolvimento das atividades da Comissão. Sendo assim, solicito aos Srs. Deputados que sempre que desejarem sugerir nomes a serem ouvidos em audiência pública, requerer diligência, tomar depoimentos de autoridades, requisitar documentos, apresentem requerimentos por escrito.

Eu só quero dizer uma coisa: se tiver alguma coisa muito urgente, pode fazer por escrito à mão, na hora. Não precisa, necessariamente, formalizar, tudo bonitinho. Faz à mão, na hora, que era a nossa dinâmica quando tinha alguma coisa urgente para fazer.

Apresentem requerimentos por escrito, determinando a condição em que o depoente comparecerá à reunião: se na qualidade de testemunha, convidado ou até, mais tarde, indiciado. *(Risos.)*

Os requerimentos deverão ser encaminhados com antecedência à Secretaria da Comissão para serem numerados e publicados na Ordem do Dia.

Reitero aos Srs. Deputados que apreciação dos requerimentos a essa pauta também será possível. Aí, na hora, a gente vê se tem uma urgência.

No tocante aos requerimentos que solicitem quebra de sigilo, deverão ser encaminhados com a respectiva fundamentação, justificando a real necessidade da medida.

Quebra de sigilo precisa de fundamentação, sob pena de já termos, inclusive julgado no Supremo que se não tiver a fundamentação, o Supremo faz cair o requerimento. Então, é preciso, para a quebra de sigilo, a fundamentação, ou seja, fundamentando com os indícios que mostrem a necessidade daquela quebra de sigilo, o que é totalmente correto.



Peço ainda aos nobres pares que se inscrevam para falar e que declinem os seus nomes para efeito de identificação junto à Taquigrafia.

Inicialmente, gostaria de apresentar alguns pontos como sugestões de roteiro para os nossos trabalhos.

Eu acho que nós tínhamos de estabelecer, em primeiro lugar, agora, principalmente no início, porque depois a própria dinâmica da CPI faz a gente trabalhar, muitas vezes, de segunda a sexta, que o melhor dia ainda é terça à tarde para trabalhos; acho que quinta pela manhã também é uma boa idéia; e quarta-feira à tarde também eu acho. Nós vamos ter várias oitivas. Então, terça à tarde, quarta à tarde e quinta pela manhã. Seriam os dias. Logicamente que agora, no início, não há essa necessidade, porque nós vamos juntar informações. Mas a partir da dinâmica operacional e da logística da CPI, nós vamos precisar fazer isso.

Eu queria, em primeiro lugar, saber da opinião dos senhores sobre isso.

O SR. DEPUTADO NILTON BAIANO - Sr. Presidente, algumas Comissões Permanentes, a partir do mês que vem, terão reunião na quinta-feira, como é o caso da minha Comissão, Comissão de Seguridade Social. Vai ser na quarta e na quinta. Eu não sei se outras Comissão também terão reuniões ordinárias nesses dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Invariavelmente, haverá dias em que precisaremos ter um superdom da ambigüidade, porque nós vamos ter de estar em 3, 4 lugares ao mesmo tempo. Agora, é aquilo que eu digo, às quartas, de tarde - eu estou já botando quarta de tarde, porque a maioria das reuniões de Comissões Permanentes são às quartas de manhã -, ficaria mais tranquilo. Quarta de noite, não dá mais, porque já está na Ordem do Dia, geralmente, ocupando tudo. Então, extraordinariamente, nós podemos fazer fora desses horários. Mas seriam horários que nós deliberaríamos ordinariamente.

Vocês vão ver hoje que a partir da gama de informações que nós vamos receber, eu espero, dentro de um mês, a CPI já estar em campo, trabalhando, rotineiramente, com muito trabalho.

Nós tivemos ontem um encontro com os delegados dos 27 Estados brasileiros. Nesse encontro ficou muito claro... Inclusive, o pessoal que faz pesquisa, nas universidades, mostrou que existem hoje no País 3 milhões de armas clandestinas. Quer dizer, é um número nada desprezível, não é? Mostraram-me - depois estará à disposição de todos os membros também - a sistemática que eles



fizeram para chegar a essa conclusão de 3 milhões. Eu achei bastante interessante e achei um número bastante importante: 3 milhões de armas que foram, que entraram clandestinamente no País.

Isso demonstra o trabalho que nós vamos ter.

As organizações criminosas, segundo levantamento que nós temos aqui...Nós temos aqui o levantamento de todas as organizações criminosas que atuam no Rio de Janeiro, principalmente. Cada uma dessas organizações criminosas teria em média de 150 a 300 armas de grosso calibre. Se não me engano, são mais de 15 organizações que atuam nesse sentido.

São coisas, realmente, que o trabalho vai ser grande daqui para frente. Vai pegar desde o comércio ilegal até o tráfico. Por que estou fazendo menção ao comércio ilegal? Porque, muitas vezes, as fábricas legalmente estabelecidas atuam com seus representantes de forma ilegal. Por exemplo, essa apreensão feita agora, com 2 milhões de projéteis, boa parte dela é de um representante de fábrica que tem autorização para funcionar e tudo, mas não teria autorização para ter um estoque desse tamanho, nem mandar sem nota alguma coisa nesse sentido. Esse é um comércio ilegal que beira o tráfico.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Colbert.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Para dizer que as datas são...

Nós já participamos da Comissão de Segurança Pública. Eu conheço o ritmo de trabalho que o Presidente Moroni Torgan imprime nessas atividades. Vai ter um dia em que eu não vou poder estar. Tem dia em que tem de se fazer a “escolha de Sofia” mesmo, porque não dá para estar em todos os lugares. Mas acho que daqui a um mês, como V.Exa. se refere, nós vamos estar muito mais trabalhando até fora daqui. Esse objeto é importante que seja colocado.

Eu gostaria de fazer duas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - V.Exa. fez uma consideração que acho importante. Projéteis são tão importantes quanto armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Eu sugeriria que a Comissão Parlamentar de Inquérito investigasse organizações criminosas no tráfico de armas e



munições, porque, afinal de contas, ambas as questões estão intimamente relacionadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Inclusive um projétil é uma arma. Se se pegar um projétil, colocá-lo dentro de um cano e bater atrás, transforma-se em arma.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - De qualquer forma, é importante deixarmos bem clara a origem de ambos, até porque podem existir situações diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Concordo plenamente, inclusive nas sugestões de investigação aqui eu faço essa referência. Comungamos da mesma idéia, porque eu acho inclusive...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Eu não sei se comungamos, acho que pensamos da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não fique com medo da comunhão.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Deputado Moroni Torgan, quero sugerir que nos sejam distribuídos os documentos que V.Exa. porventura possa ter tido acesso, ou qualquer de nós, até para não partirmos absolutamente do zero. Peço que V.Exa. já os distribua aos membros da Comissão, a fim de subsidiar esse conhecimento inicial...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu tenho alguns documentos que deixarei para conhecimento dos demais membros. Eu só peço, nesse primeiro momento, em razão de serem documentos ainda reservados, que não tirem cópias, que V.Exas. só se inteirem do conteúdo. Assim como muitos documentos que vão chegar serão públicos e outros reservados. Dos reservados, vamos tomar cuidado de não tirar cópias; dos públicos, podem V.Exas. fazerem o que quiserem, não há problema. Deputado Colbert Martins, V.Exa. pode saber que todos os Deputados terão acesso a todos os documentos, basta falar com o Manoel e ele dirá onde está o documento. Não tem problema nenhum. Sem problema. Ainda debatendo sobre essas datas que estamos colocando, que provavelmente, a partir da semana que vem, começaremos, então, a atuar. Terça, quarta e quinta. Ainda estamos nessas datas. Se alguém mais quiser falar sobre isso, que se pronuncie. Senão eu coloco em votação, e a gente já aprova. Não havendo mais quem queria



se manifestar sobre as datas, fica aprovado que as reuniões serão terça, pela tarde; quarta, à tarde; quinta; pela manhã, a partir da semana que vem. Ocasionalmente, quando não houver necessidade, eu marco para a outra semana. Não vamos nos reunir só para nos enxergar, vamos nos reunir sempre que houver trabalho a fazer. Acredito que, dentro de um mês, não teremos mais folga alguma. Vai ser muito trabalho. Agora estou aberto para receber as demais sugestões. O Deputado Neucimar Fraga se inscreveu e tem a palavra.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, Deputado Moroni Torgan, demais colegas desta Comissão, hoje foi veiculado no jornal *O Popular*, de Goiânia, uma matéria muito interessante sobre o tráfico de armas, tendo em vista que a cidade de Goiânia está sendo cogitada para ser sede do Encontro Nacional de Delegados da Polícia Federal e demais autoridades para discutir a questão do tráfico ilícito de armas no País. Há um dado aqui na matéria — estou me referindo a essa matéria porque já está em outros jornais também — que, acredito, chamou a atenção do repórter: trata-se da cidade chamada Pedro Juan Cabalero, no Paraguai, na divisa com Ponta Porã, cidade com pouco menos de 20 mil habitantes. Essa cidade tem o privilégio de ter sucursais das principais fábricas de armas do mundo. A cidade de Pedro Juan Cabalero tem representantes da alemã Walther, da italiana Beretta, da austríaca Glock, da mexicana Agla, entre outras que já passaram por lá, como a norte-americana Rugger. Acredito que seja um ponto de partida para esta Comissão começar a trabalhar. É uma cidade de 20 mil habitantes na divisa com o Brasil. Segundo autoridades da área, serve apenas para entrada ilegal de armas no Brasil, através da fronteira do Brasil com o Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É uma boa sugestão. Eu só quero saber da Secretaria se a fita será transcrita. Aí todas as sugestões serão anotadas. Mas já temos algumas idéias. Tá bom. Então, não preciso anotar aqui. E eu gostaria, Deputado, se V.Exa. pudesse, de uma cópia desse jornal, porque algum Deputado pode querer depois. A gente tira a fotocópia e devolve a original a V.Exa.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Vou passar o jornal para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado. Pois não, Deputado Colbert.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Antes de qualquer coisa, quero ressaltar a elegância do Deputado Neucimar Fraga. Há tempo que não vejo uma gravata tão bonita.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Olha, esta Comissão começa com essa cordialidade e vai até o último dia com essa cordialidade.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Não tenho a menor dúvida disso. Deputado Moroni Torgan, eu faço uma sugestão para que, além da audiência que o senhor teve, ontem, com os delegados da Polícia Federal, que nós possamos fazer com as autoridades estaduais de segurança pública, tanto as da Polícia Militar quanto as de Polícia Civil, quando existirem as duas, como normalmente existe nos Estados. Como sugestão, se não fizermos um grande encontro aqui em Brasília — não sei se é esse o objetivo — poderíamos fazê-los por regiões, porque talvez fosse objetivo e mais rápido reunir o sistema de segurança pública dos Estados para poder termos uma idéia de como isso está acontecendo por Estado, além do que a Polícia Federal efetivamente já tenha relatado. Eu deixaria a sugestão de que ouvíssemos os sistemas estaduais. Se for o caso, que a Comissão pudesse fazê-lo até por uma questão de facilidade ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não. Eu acho a sugestão boa. Não haveria problema. Poderíamos marcar para daqui a um tempo uma reunião com todos eles. Compreendeu? Sem problema. Poderemos avaliar a data, mas não veria grande problema. Eu só queria dar algumas sugestões, porque, depois, em cima delas, se houver alguma coisa a acrescentar — e certamente haverá —, poderemos já fazer. Acho que temos que emitir ofícios imediatamente aos Governadores e ao Diretor-Geral da Polícia Federal com o seguinte título: “Dos últimos 5 anos, a lista de indiciados por tráfico de armas ou comércio ilegal de armas e munições, com a respectiva qualificação; organizações criminosas do tráfico de armas e drogas; — porque as duas estão correlatas — suspeitos investigados pelo setor de inteligência. Estas podem vir em caráter reservado, como eu falei. Então, acho que para a Polícia Federal e para as Polícias Estaduais é fundamental. Como é mais rápido mandar ofícios aos Governadores, estes receberiam primeiro. Depois, para as Embaixadas, devemos mandar ofícios explicando o que significa a CPI, por que ela foi formada e solicitando informações sobre organizações criminosas que



atuam em nossos países no tráfico de armas e drogas. Para as Embaixadas, especialmente a dos Estados Unidos, países da Europa, da América do Sul e da África. Não sei se haveria algum outro lugar interessante nesse sentido, mas, a princípio, acho que isso cobre mais ou menos o que nós temos. Coloquei América do Sul, África, Estados Unidos e os países da Europa, porque a África ainda tem organizações ali da Nigéria, da própria África do Sul e tal, que ainda têm muita essa relação. Devemos mandar ofícios para a INTERPOL e o órgão da ONU, que inclusive tinha um representante em Goiânia, explicando a criação da CPI e solicitando informações sobre organizações criminosas que atuem no Brasil no tráfico de armas e drogas de que tenham conhecimento. Mandar ofício, também, ao Viva Rio, que fez várias pesquisas nesse sentido, inclusive acho que foi o instituto que mais fez pesquisa, a organização que mais fez pesquisa no Brasil nesse sentido. Então, para o Viva Rio solicitaríamos informações sobre armas clandestinas, comércio ilegal de armas e munições, organizações criminosas que atuam nessa área e principais fornecedores e rotas. Eles têm levantamento nesse sentido. Para as autoridades brasileiras, daremos o prazo de 10 dias para que eles nos mandem essas informações. Acho mais do que suficiente, porque a CPI tem que estabelecer um prazo para o cumprimento. Acho que 10 dias são o suficiente, afinal aqui estamos só pedindo as informações.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Deputado Moroni, permita-me uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Na minha cidade, um mês atrás, um assalto acabou por levar duas toneladas de dinamite de uma empresa que utiliza esse material. É uma pedreira que usa dinamite para detonações. Esse processo ainda não se concluiu, mas, há menos de 1 mês, fui testemunha — porque eu me encontrava em num engarrafamento, às 7h da noite, na estrada Salvador-Feira — da explosão de um carro de transporte de valores por uma banana de dinamite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ótima sugestão.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Então, eu sugeriria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Poderíamos acrescentar aqui, além de indiciados por tráfico de armas, comércio ilegal de armas e munições, também explosivos.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Explosivos. Exatamente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Boa sugestão. Há mais alguma sugestão acerca desses requerimentos? Há alguém que a gente esqueceu de apontar? Acho que aqui estão autoridades nacionais.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Com relação ao Ministério da Justiça, existem presos, neste momento, pessoas envolvidas ou que foram presas em decorrência de estarem participando de organizações criminosas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É por isso que eu pedi os indiciados, porque com a qualificação vem a informação sobre se estão presos, se estão soltos.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - A informação seria sobre se existem quadrilhas ou pessoas envolvidas que estejam presas, cumprindo neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu vou conversar um pouquinho sobre elas depois. Por exemplo, uma grande apreensão foi feita entre Pernambuco e Rio Grande do Sul. Foram 2 milhões de cartuchos. Quer dizer, não foi coisa pouca. Era um caminhão que ia do Rio Grande do Sul para Pernambuco com 2 milhões de cartuchos clandestinos. Essa é uma investigação que já gerou inquérito, que está em andamento. Acho que seria uma das linhas que a gente poderia pegar futuramente. Existe outra, sobre uma apreensão feita 2 anos atrás, quando uma pessoa em Bagé foi presa com dezenas de armas, armas de grosso calibre e tudo mais. É uma investigação que nós podemos pegar, é uma linha investigatória interessante, porque tem identidade de quem foi e tudo mais. Existem investigações da fronteira que pegarão Pedro Juan Cabalero, Capitão Bado e outras cidades na fronteira com Foz do Iguaçu. A informação que recebemos é que o Paraguai está agilizando a sua nova legislação sobre armas, o que talvez venha dificultar. Não sei o quanto, mas vamos ver. Muitos que atuavam no Paraguai vão começar a atuar na Bolívia.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Letícia e Tabatinga, no Amazonas, também têm uma proximidade muito grande.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida, lá para cima. Fiquei pensando aqui se não seria interessante também mandarmos um ofício desse para o Setor de Controle de Armas do Exército.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Eu iria fazer essa sugestão agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, Deputado, faça, para eu poder agregá-la.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Estava com o microfone ligado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu estava olhando para V.Exa. e me lembrando disso. Então, foi telepatia. Pois não, pode falar.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, temos observado na imprensa e constantemente chegam à sociedade notícias sobre a facilitação de saída de armas do Exército. Oficiais e pessoas ligadas ao Exército facilitam a saída de armas, armas que são desviadas dentro do Exército, inclusive armas pesadas. Eu acredito que seja importante encaminharmos ofício ao Comandante do Exército e solicitar, já que se está solicitando nomes de pessoas, as pessoas que respondem processo nas Forças Armadas por facilitar a saída de armas da instituição. E o Deputado Nilton Baiano fez uma colocação aqui de que no Espírito Santo há um grupo chamado GRCO, que é Grupo de Repressão e Combate ao Crime Organizado, que deve ter informações sobre esse assunto lá no Estado. Além de fazer ofício ao Governador...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E há também o Ministério Público, né?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Além de fazer ofício ao Governador, deveríamos fazer ofício ao GRCO do Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vamos fazer ao Ministério Público. A isso aqui de cima vamos acrescentar Ministério Público. E vamos aditar o Ministério Público também aos ofícios. Eu acho que aí temos que oficiar ao Ministro da Defesa. Então, solicitaríamos informações sobre apreensão de armas, munições e explosivos.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Também os nomes de pessoas que respondem processo por desvio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, aí seria o segundo ponto. O primeiro ponto... porque eles têm o controle nacional, então seriam



informações sobre armas, munições e explosivos nos últimos 5 anos. É razoável. E aqui o segundo ponto, aquele que vocês queriam, quanto às informações sobre inquéritos militares que apuraram desvio de armas das Forças Armadas. Investigações e informações. Informações sobre investigações e inquéritos de desvio de armas, munições e explosivos das Forças Armadas. Pronto. Então, esses os ofícios que serão enviados. São vários. Aqui vocês vêem a gama de informações que chegarão à CPI. Num segundo tempo, inclusive, a gente poderá até redirecionar o roteiro, porque, com base nessas informações, teremos condições de fazer um roteiro bem mais apurado do que atualmente. Então, eu coloco em discussão esses ofícios. Não havendo mais quem queira discutir, eu os coloco em votação. Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. Aprovada, então, a emissão desses ofícios.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Presidente, essas informações, objeto dos ofícios, são informações objetivas, daí a facilidade de obtê-las através de expediente dessa natureza. Outras informações certamente não nos será possível obtê-las assim. Serão obtidas através de audiências públicas aqui, convocando pessoas para prestarem essas informações. Algumas delas serão desdobramento das informações decorrentes desses ofícios. É claro que uma das pessoas importantes para que a CPI ouça, porque tem informações privilegiadas, é o Dr. Getúlio Bezerra, Diretor do Departamento de Repressão de Crime Organizado da Polícia Federal. Existem, nos Estados, alguns grupos especializados em investigação de crime organizado, que têm também algumas informações, por exemplo, acerca de grupos criminosos que atuam no País, mas que utilizam o tráfico para poder ter as armas, mas não as utilizam, a não ser locando essas armas para quadrilhas que trabalham com roubo de carga ou no tráfico de drogas ou no roubo a bancos. Enfim, são informações extremamente interessantes, mas que não dá para obter com esse tipo de procedimento. Então, estou só fazendo esse registro, porque, certamente, num segundo momento, a gente vai poder ter essas pessoas aqui com essa outra natureza de informações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado. Pois não, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Deputado Moroni Torgan, em primeiro lugar, quero pedir desculpas porque estava em uma entrevista na *TV Câmara*.



Quero dizer que esta semana um jornal da Paraíba publicou parte da pesquisa que foi feita pelo Movimento Viva Rio acerca de armas clandestinas, armas ilegais, nos Estados. E para surpresa nossa, a Paraíba aparece em 6º lugar, em termos de armas, e em 2º lugar no Nordeste. Entreguei a matéria à Comissão e estou pedindo, ao mesmo tempo, que investiguemos as diversas denúncias vindas da Paraíba, inclusive envolvendo policiais, alguns deles ainda na ativa, que são organizadores de tráfico de armas, principalmente do Paraguai, vendendo inclusive para quadrilhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Devo dizer que não os considero mais policiais, porque, na verdade, são bandidos infiltrados na Polícia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só que um deles era da Polícia Civil, um agente, mas foi exonerado. Depois, com todas as medidas que a gente sabe, vai para a Justiça e consegue voltar à atividade policial. Outros são, é claro, já da reserva. São policiais que fazem esse tipo de atividade. Então, achamos importante investigarmos. E eu acho que a pesquisa, inclusive, do ISER, Movimento Viva Rio, é importante também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Do Viva Rio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É do movimento Viva Rio. É importante para que tenhamos um quadro real do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado, V.Exa. chegou um pouquinho mais tarde aqui, mas eu ressalttei essa pesquisa. Inclusive, estamos pedindo todos esses dados ao Viva Rio, para ficar disponível a cada participante da CPI. Obrigado pela sugestão. E V.Exa. tem que se preocupar com a sua Paraíba mesmo, com esses dados. Pois não, está aberta a palavra para novas sugestões. Já temos um bocado de coisa para iniciar os trabalhos, mas está franqueada a palavra para novas sugestões. Amanhã não teremos reunião. Eu acho que a Câmara, se funcionar, vai ser só de manhã.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, não sei se já está incluído, mas não seria importante, nos Estados, principalmente nos Estados que têm portos, solicitar essa informação da Alfândega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Da Receita Federal?

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Ou então Alfândega. Muitos processos, que, às vezes...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Depois, se V.Exa. puder, faça-me um favor: escreva essa sugestão. Mas desde já não vejo problema para isso. Eu acho que é uma boa idéia.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Deputado Moroni Torgan, eu acho que nós estamos com material mais do que suficiente para começarmos. Agora, é tocar a bola, vamos para o campo. No decorrer dos trabalhos, teremos possibilidade realmente de agregar mais coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu avisei, Deputado Neucimar Fraga, que os contatos de V.Exa. com o Ministro da Justiça e o Ministro de Relações Exteriores já resultaram no encontro que se dará agora, terça-feira, 16 horas, no Ministério. Então, os Deputados já sabem que nossa reunião na terça-feira será às 16 horas, no Ministério da Justiça. Então, todos iremos lá para encontrarmos com o Ministro e deliberarmos, então, sobre o que vamos fazer. Eu quero, desde já — e depois vamos explicar ao Manoel que tipo de ofício desejamos — dizer que as autoridades do Fisco também poderiam entrar nisso, porque elas cuidam também da fronteira e, muitas vezes, têm lá procedimentos administrativos que podem ser úteis para nós nesse sentido, mostrando que comércio de armas, munições e explosivos aconteceram de forma irregular nas áreas de atribuição de fiscalização da Receita Federal. Eu acho que seria a sugestão de V.Exa. e eu já a agregaria. Submeto-a a voto. Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. Sugestão aprovada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, já estive aqui, assinei a lista, mas tive que participar de uma entrevista, mas queria saber se já foi sugerido que nós devamos solicitar cópias dos inquéritos feitos pela Polícia Federal, onde armas de uso exclusivo das Forças Armadas e armas da Polícia Militar que foram resgatadas e que tinham raspagem do número, se isso já foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Já pedimos todo tipo de indiciado nesse sentido.

O SR. DEPUTADO NILTON BAIANO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputado Nilton Baiano.



O SR. DEPUTADO NILTON BAIANO - Sugiro que as diligências ou convites para pessoas virem aqui sejam feitas só depois que recebermos essas informações que agora foram listadas aí por V.Exa. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não necessariamente. Se tiver alguma diligência importante a ser realizada antes da vinda dessas informações, podem começar. Eu gostaria que os Deputados da Comissão fossem uma extensão desta Presidência. Eu já designei a todos, na reunião passada, para que buscassem nos seus Estados linhas investigatórias. A linha de investigação é determinada pelo princípio da oportunidade. Isso é importante a gente saber. Por exemplo, se explode uma investigação de uma quadrilha internacional de tráfico de armas, eu acho que o princípio da oportunidade nos coloca dentro da investigação. Nós não pudemos ter a rigidez de dizer: não, nós vamos investigar só aqui e pronto. De repente, se descobre uma organização enorme, nesse sentido, e é para lá que nós vamos nos direcionar toda investigação, por isso cada um dos senhores seria importante já avisar aos Secretários, ao Ministério Público que chegarão pedidos de informações. E se eles tiverem alguma coisa a adiantar, terça-feira, nós já poderíamos inclusive... Eu acho que terça-feira a gente pode marcar 15 horas aqui e 16 horas a gente pede um transporte da Câmara para nos levar até o Ministério e aí alguma sugestão que tenha adicional nesse sentido de V.Exas. nós já poderíamos agregar, porque eu gostaria já de, terça-feira, marcar o que faremos de quarta em diante. Claro que quarta-feira, se for possível, a Secretaria da Comissão vai ficar em contato e o Deputado Neucimar Fraga com o Ministério de Relações Exteriores, para ver se quarta a gente já poderia fazer esse contato com o Ministério de Relações Exteriores e, talvez, quinta, ir ao Ministério Público Federal também para nós podermos... Eu acho que agora é a hora de nós fazermos o contato com as autoridades. Depois, vai ser hora de trabalhar e não tem mais tempo para fazer esse tipo de contato, mas agora é hora do pedido de informações. Agora, é hora de fazer contatos com as autoridades. Dentro de uns 15 dias, nós já estaremos em campo com as informações que recebemos e com a agilidade desse contato com as autoridades. Posso dizer que o encontro em Goiânia — Deputado Neucimar Fraga estava lá também, Deputado João Campos — foi muito bom, e já contamos, a CPI, com 27 delegados que vão estar trabalhando para nos auxiliar nesse sentido. Então, nós temos que ter extrema objetividade. A CPI dura, no máximo, até o início do ano



que vem. Conseqüentemente, se não formos objetivos, não vai dar tempo para nada. Agora, se surgir uma linha investigatória que precise quebra de sigilo, que precise investigação telefônica, coisa desse tipo, então, nós podemos fazer imediatamente uma sessão reservada e o Deputado que tiver informação traz para nós, embasa a solicitação, nós mesmos podemos até ajudar a embasar a solicitação, porque eu aprendi com CPI que quebra de sigilo demora 4 meses para a gente conseguir. Tem de ser as primeiras coisas. A partir do momento que nós tivermos essa linha determinada, nós as primeiras coisas que vamos ter que pedir são as quebras de sigilo, porque com a quebra de sigilo, porque com a quebra de sigilo, com o transcorrer da investigação, nós vamos poder chegar a algum canto. Se não, do contrário, a quebra de sigilo não vai servir para quase nada, porque demora muito para acontecer. Com o tempo, vamos pedir também técnicos do Banco Central e da Receita Federal para estarem aqui conosco. Eu acredito, inclusive, que nós já deveríamos pedir 2 técnicos do Banco Central e da Receita Federal, para já nos adiantarmos, para estarmos com a equipe completa aqui para fazer esse trabalho. Estou aberto a sugestões.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sr. Presidente, nós só formalizamos o requerimento para o convite ao Secretário Nacional de Segurança Pública, que tem uma grande experiência em CPIs, pois foi delegado da Polícia Federal e investigou a respeito do tráfico de armas no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vamos fazer o seguinte. Se ele tem essa investigação e essas informações, eu gostaria de ouvi-lo aqui, na quarta-feira, à tarde. Deixo em discussão esse requerimento para já o ouvirmos na quarta-feira à tarde. É um requerimento do Deputado Francisco Appio, convidando o Delegado Luiz Fernando Corrêa, Secretário Nacional de Segurança Pública. E seria interessante ouvi-lo aqui. *(Pausa na gravação.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vai ser um convite. Não vai ser um convite daqueles formais. Eu acredito que ele teria todo o prazer em vir. E se puder vir na quarta-feira, eu coloco em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Depois, a gente vê. Como é um convite, a coisa é mais tranquila. Continua aberto a sugestões.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, eu queria fazer uma outra sugestão. Posso depois fazer através de ofício ou requerimento, mas acredito



que seria muito importante para esta Comissão, principalmente para que todos os membros desta Comissão tenham a noção do que representa depois fazer através de ofício, de requerimento. Mas eu acredito que seria muito importante para esta Comissão, somente para que todos os membros desta Comissão tenham a noção do que representa o tráfico de armas no Brasil, de quantas armas se calcula que entram no Brasil ilegalmente, que tipo de arma, por onde chegam, os riscos que a população brasileira corre com essa prática ilegal. Se nós pudéssemos trazer a esta Comissão um dos representantes que participa desse encontro que está sendo realizado na cidade de Goiânia, para que pudesse aqui, quem sabe, até em reservada, se possível, para os Parlamentares, ou em sessão aberta, fazer uma explanação sobre esse assunto para nós, no Brasil. Eles têm dados hoje, a partir desse encontro, onde vão ser integradas todas as informações das diversas delegacias da Polícia Federal no Brasil, e com representantes da ONU, das ONGs, dos movimentos. São informações que podem até estar desencontradas no primeiro momento, mas que, a partir desse encontro, onde vai ser tratada de forma oficial a questão do tráfico ilegal de armas no Brasil, pudéssemos trazer alguém de lá para trazer um resumo para nós de tudo o que foi discutido lá e da problemática do tráfico de armas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Neucimar Fraga, eu acho a sugestão boa, e foi essa a razão que a Presidência da CPI indicou o Deputado Carlos Sampaio para permanecer lá. E eu acredito que, quinta-feira, tanto o Deputado Carlos Sampaio quanto os Deputados do Rio de Janeiro que ficaram de conseguir naquele encontro um resumo do que aconteceu lá... Talvez, quinta-feira que vem, então, poderemos ter todo esse resumo aqui para os membros da CPI.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tanto o Deputado Carlos Sampaio, quanto a Deputada Laura Carneiro e o nosso Vice-Presidente, que também esteve nesse encontro do Rio de Janeiro.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Queria me desculpar, se por acaso vier a fazer alguma colocação que não esteja em sintonia com os senhores trataram até então, porque eu estava na Comissão de Ética, de que faço parte. Então, faltei por alguns momentos. Mas, Sr. Presidente, com relação ao encontro no Rio de



Janeiro, na FIRJAN, do qual participaram 6 Secretários de Segurança, mais uma autoridade inglesa e um outro de uma universidade de Minas, mais o Secretário Nacional de Segurança, pedi o relatório ao Eduardo Eugênio. O tema tratado foi relacionado a informações, mais essa área de inteligência. Não se tratou especificamente a questão de armas, mas pedimos um relatório, e eles vão mandar para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acho que quinta-feira que vem talvez já tenha isso em mãos.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Possivelmente, mas não sei se vai ser de grande valia, porque o tema de tráfico de armas não foi tratado naquele encontro, mas a questão de estrutura de informações na Inglaterra, por aí. Mas quero também propor a V.Exas. Eu até já apresentei requerimentos, que acho importantes, apresentei requerimentos que devem ser analisados na semana que vem. Para iniciarmos os trabalhos, precisamos começar coletando também dados e informações oficiais. Então, nesses requerimentos que a gente apresenta, a gente pede informações às diversas unidades da Federação, às Secretarias de Segurança ou equivalentes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Desculpe, Deputado Josias, só para adiantar, nós já atuamos justamente nesse sentido.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Ah, então eu estaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pedimos a todos os Governadores, pedimos ao...

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Os dados estatísticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... Diretor-Geral da Polícia Federal, já pedimos também ao Ministério Público, às embaixadas de alguns países, que achamos pertinentes, à INTERPOL, à ONU.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - O nosso pedido seria relacionado às apreensões de armas ilegais efetuadas nos últimos cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então está perfeito. Estamos sintonizados. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Obrigado. E também a gente propõe em requerimentos a realização de algumas audiências públicas em algumas cidades do País, em algumas Capitais e não-Capitais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nós deliberamos aqui o seguinte: que nós vamos fazer algumas audiências. Enquanto esses dados não chegam, nós poderemos fazer algumas audiências aqui. A partir da chegada desses dados, aí nós temos que fazer o roteiro mesmo final de investigação, para que nós possamos já dividir a CPI. A minha idéia de CPI, só para... alguns que trabalharam comigo em outras CPIs já conhecem, alguns são novos aqui, mas, devido ao fato de que eu acredito... Veja o Deputado da Paraíba colocou a preocupação com a Paraíba e com algumas organizações que atuam na Paraíba. Assim, nós teremos vários locais do País onde haverá esse problema do tráfico de armas. E nós temos um tempo muito curto. Conseqüentemente, vamos ter que dividir o trabalho da CPI em grupos de diligência. Será nomeado então um relator substituto para cada um desses grupos de diligência. E nós faremos o trabalho e ao mesmo tempo relataremos ao plenário da CPI. Geralmente o trabalho de grupo de diligência é um trabalho mais sacrificado, é feito quinta, sexta, muitas vezes, sábado. E justamente aí a CPI recebe todas essas informações a partir da terça-feira, que seriam as reuniões ordinárias. Nós ainda estamos com uma folga na CPI, porque ainda não estamos com todo o roteiro delineado. Acredito que a partir do momento em que o roteiro estiver delineado e houver investigações, por exemplo, dentro das linhas investigatórias, vão aparecer as investigações que são mais robustas. E para isso, muitas vezes, vai precisar a CPI se deslocar ao local para definir. Por quê? Porque, deliberações pela CPI, têm que ser feitas com o quorum mínimo da CPI, quer dizer, nós não podemos deliberar com um grupo de diligência. O grupo de diligência pode ir lá e cumprir a missão que o plenário da CPI lhe deu, não mais que isso. Então, há alguns locais do País para os quais a CPI vai precisar se movimentar como um todo. Como fizemos em outras CPIs onde pudemos deliberar na hora muitas coisas. Muitas vezes nós temos uma testemunha que começa a denunciar fatos e é preciso ali votar convocações de novas testemunhas, é preciso votar indiciamentos, é preciso votar um monte de coisas. Então, o trabalho da CPI, a meu ver, vai pegar um ritmo muito acelerado. Daqui a um mês mais ou menos ele vai ter um ritmo bastante acelerado. E aí vai ser importante a participação de todos. Todos que quiserem trabalhar na CPI terão uma função na CPI. Aqui já tem o nosso Vice-Presidente dando importantes sugestões, mas, muitas vezes, os Vice-Presidentes irão presidir a CPI em algum canto em que a gente não possa ir. E o relator também



não vai poder estar em todas, então, vai haver relatores substitutos que vão atuar na relatoria nesses locais. Então, essa dinâmica vai ser muito grande. É um assunto que está na pauta do Brasil hoje. Então, eu acredito que vamos ter o auxílio da população nesse sentido. Eu quero já, assim que a CPI..., por exemplo, nesse encontro com o Ministro, eu já quero colocar um telefone da CPI para receber denúncias do Brasil, porque lá já teremos uma divulgação maior e aí podemos ter já esse telefone funcionando. Vou pedir até a Secretaria, que eu acho que deve ser o mesmo telefone da Câmara que funcionou, é o 0800619619, se não me engano. Então, esse 0800 deve ser um telefone também de denúncia da CPI. Vou pedir para a Secretaria entrar em contato com esse setor de telefonia para que já as denúncias com respeito à CPI já cheguem com a maior brevidade possível aqui nas nossas mãos. E desde agora a gente já pode começar a divulgar esse telefone. É 0800619619. E eu tenho certeza que a população vai poder... se quiser se identificar, se identifica; se não quiser se identificar, claro que é uma informação que nós vamos ter que, através dos órgãos policiais, fazer uma checagem, quando não houver a identificação. Mas, se não quiser se identificar, também pode fazer anonimamente a denúncia.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É sugestão da Secretaria que nós façamos uma votação. Então, eu quero botar o item em discussão primeiro.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Eu queria sugerir mais um item então, já que vai colocar em votação as sugestões feitas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, é uma sugestão técnica para os membros da CPI poderem representá-la muitas vezes, precisamos aqui, então, dizer o seguinte: requer do plenário da Comissão outorga às Comissões representativas para deliberações nas diligências na CPI. É para que a Comissão representativa possa deliberar lá sobre alguma diligência na hora que precisar. Então, coloco em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Foi aprovado o requerimento. Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. Presidente, só mais uma sugestão. Eu sei que essa reunião é mais de trabalho interno nosso. E eu queria sugerir que nesses pedidos de informações que estão sendo feitos aí aos Governos, ao Ministério Público, ao Exército, que nós também tivéssemos informações. Nós



temos alguns fabricantes de armas nacionais, fábricas no Brasil. Informações importantes é saber quem são os principais clientes desses fabricantes nacionais. Não sei se nós temos distribuidor, se existe o intermediário entre o fabricante e o comércio final, se existe um atacadista de armas no Brasil. Eu não tenho essa informação, se tem distribuidor. Mas seria importante também a CPI também requisitar. Não sei se podemos pedir essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que não precisamos pedir para os fabricantes, mas essa é uma pergunta que nós poderíamos anexar ao Exército, que é o órgão controlador de todo esse movimento. Não sei se alguém tem alguma sugestão diferente, porque o Exército tem que saber. Então, quais seriam os principais compradores de armas e munições no Brasil e quais seriam...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Eu queria sugerir que fizesse aos 2, que fizéssemos ao Exército e ao fabricante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tá bom, então, eu vou botar em votação. Mas, do Exército, como já tem, só vou anexar então quais seriam os principais compradores no Brasil e quais os principais compradores das nossas armas no exterior.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Isso.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Quando o senhor fala em Exército, o senhor fala nas Forças Armadas, Marinha e Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nas Forças Armadas. É uma boa questão de ordem. Então, agora, com relação a isso, eu preciso depois, documentado o requerimento, porque, quando se trata de fabricante particular, pode ser que eles queiram complicar um pouquinho. Então, eu acredito, Deputado Neucimar Fraga, poderíamos terça-feira que vem fazer a votação desse requerimento, ao que eu sou totalmente favorável, e acho que até para comparar os dados é interessante. Nós precisamos de toda a formalização para não dar discussão nenhuma.



O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Eu só estou antecipando para adiantar o processo nosso, tendo em vista que vamos precisar dessas informações para começarmos a fazer o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Claro. E estamos todos de acordo com a solicitação de V.Exa. Mais alguma sugestão?

O SR. DEPUTADO CAPITÃO WAYNE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO WAYNE - Além dessa situação do O800, a CPI tem um endereço eletrônico? Tem? Se já tiver, tudo bem. Se não tiver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A CPI tem?

O SR. DEPUTADO CAPITÃO WAYNE - O endereço eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O *e-mail*. O *e-mail*, se o Secretário quiser dar para nós... Nós vamos fazer o seguinte, o *e-mail* nós vamos mandar para todos. Mas é importante sempre, porque muitas vezes a CPI será televisionada pela *TV Câmara*. Então, seria importante que tanto o telefone de denúncia quanto o *e-mail* ficassem disponibilizado naquele verbete debaixo dizendo que fica disponibilizado já atendendo a sugestão do Capitão Wayne.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO WAYNE - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado. Até no espelho da CPI já tem o *e-mail*. Para quem quiser, está aqui. É *cpitraficoarmas*, tudo junto, *@camara.gov.br*. É *cpitraficoarmas*, tudo junto, *@camara.gov.br*. Quer dizer então que está ficando boa essa Secretaria. Mais alguma sugestão? Então, vou dar como encerrada a sessão de hoje, convocando sessão ordinária para... eu já votei no início... para terça-feira que vem, às 15 horas. Mas vamos tentar estar aqui às 15 horas, porque, às 16, nós teremos que estar com o Ministro. Vamos botar 14h30min, que é melhor, porque até as 15h a gente começa. Então, terça-feira que vem, às 14h30min. Muito obrigado a todos e por todas as sugestões.